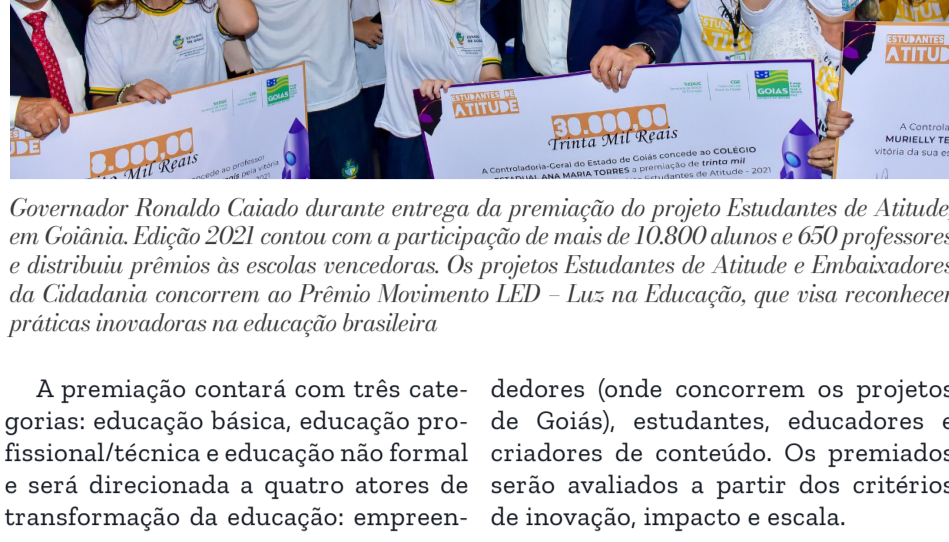


INOVAÇÃO

Projetos do Governo de Goiás disputam prêmio promovido pela Fundação Roberto Marinho sobre práticas inovadoras na educação

Dois projetos do Governo de Goiás concorrem ao Prêmio Movimento LED – Luz na Educação, promovido pela Rede Globo e Fundação Roberto Marinho e que distribuirá o valor de R\$ 1,5 milhão aos vencedores. São eles o Estudantes de Atitude, coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE) e pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc), e o Embaixadores da Cidadania, coordenado pela CGE. Ambos investem na ampliação da cidadania e do controle social e destacam Goiás no cenário nacional.

O prêmio tem o propósito de destacar práticas inovadoras na educação brasileira e de reconhecer quem está revolucionando o cenário, bem como iniciativas que contribuem, apoiam e aceleram a chegada do futuro da educação no Brasil. O projeto Movimento LED – Luz na Educação vai agregar três principais pilares: o prêmio, um festival e uma plataforma para fomentar, potencializar e disseminar práticas diversas em educação para a comunidade.



Governador Ronaldo Caiado durante entrega da premiação do projeto Estudantes de Atitude, em Goiânia. Edição 2021 contou com a participação de mais de 10.800 alunos e 650 professores e distribuiu prêmios às escolas vencedoras. Os projetos Estudantes de Atitude e Embaixadores da Cidadania concorrem ao Prêmio Movimento LED – Luz na Educação, que visa reconhecer práticas inovadoras na educação brasileira.

A premiação contará com três categorias: educação básica, educação profissional/técnica e educação não formal e será direcionada a quatro atores de transformação da educação: empreen-

dedores (onde concorrem os projetos de Goiás), estudantes, educadores e criadores de conteúdo. Os premiados serão avaliados a partir dos critérios de inovação, impacto e escala.

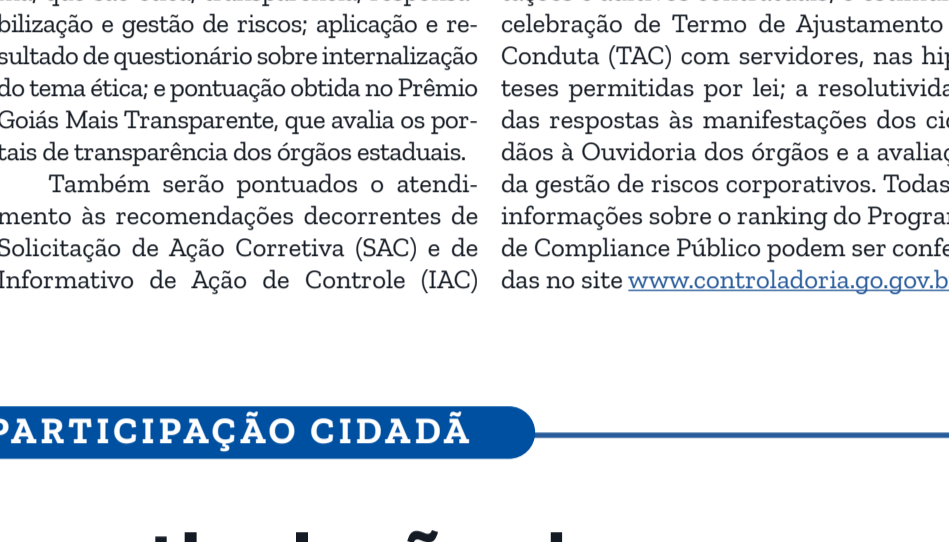
COMPLIANCE

Lançada 4ª edição do Ranking do Programa de Compliance Público de Goiás

A Controladoria-Geral do Estado (CGE) publicou, em fevereiro, portaria com as regras do Ranking do Programa de Compliance Público de Goiás (PCP), edição 2022. Este ano, o ranking contará com a participação de 45 órgãos e entidades do Poder Executivo goiano e o resultado será divulgado no final de agosto. Os órgãos participantes foram divididos em três categorias, de acordo com o número de servidores, e serão premiados aqueles que obtiverem as três maiores notas por categoria.

Em razão do período eleitoral, a avaliação dos itens do ranking ocorrerá no final do primeiro semestre e houve uma redução de 16 para dez quesitos de pontuação. Uma novidade dessa edição foi a inclusão do quesito da efetividade da gestão dos projetos governamentais, monitorado pela Secretaria-Geral da Governadoria e que levará em consideração o grau de transparência e efetividade da gestão desses projetos.

Para o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, os ajustes realizados pela CGE no ranking desse ano tornaram a competição mais enxuta e justa. Entre os quesitos de pontuação que deverão ser observados pelos participantes do Ranking do PCP estão o número de servidores que forem certificados



São 45 órgãos e entidades do Poder Executivo goiano disputando o ranking para estar entre os melhores na condução do maior programa de integridade dos governos estaduais do país. Em decorrência do período eleitoral, este ano os vencedores serão conhecidos no final de agosto.

em compliance, com cursos de 180 horas; divulgação sobre os quatro eixos do programa, que são ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos; aplicação e resultado de questionário sobre internalização do tema ética; e pontuação obtida no Prêmio Goiás Mais Transparente, que avalia os portais de transparência dos órgãos estaduais.

Também serão pontuados o atendimento às recomendações decorrentes de Solicitação de Ação Corretiva (SAC) e de Informativo de Ação de Controle (IAC)

emitidas pela CGE, bem como do atendimento às recomendações da CGE em licitações e aditivos contratuais; o estímulo à celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com servidores, nas hipóteses permitidas por lei; a resolutividade das respostas às manifestações dos cidadãos à Ouvidoria dos órgãos e a avaliação da gestão de riscos corporativos. Todas as informações sobre o ranking do Programa de Compliance Público podem ser conferidas no site www.controladoria.go.gov.br.

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

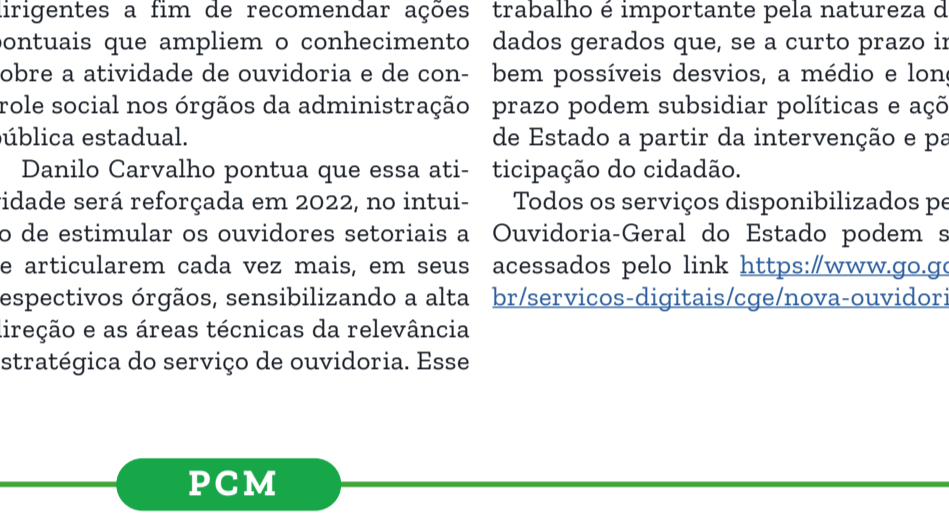
CGE fortalece articulação das ouvidorias setoriais no governo

A Ouvidoria-Geral do Estado, por meio do superintendente de Participação Cidadã, Danilo Borges Carvalho, se reuniu com a ouvidoria setorial da Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds), Norma Pereira de Sousa, no dia 10/2, para conversar sobre a importância de se ampliar a divulgação de informações relacionadas à atividade de ouvidoria setorial nos sites dos órgãos públicos estaduais.

De acordo com o superintendente, para se garantir transparência à atividade de ouvidoria, é necessária a inclusão da unidade nos organogramas institucionais, assim como a previsão das competências e atribuições da área em documento normativo interno. Para ele, essa é uma forma de organização que busca focar o trabalho técnico das ouvidorias setoriais.

As competências da ouvidoria setorial dos órgãos do governo goiano estão descritas no Decreto nº 9.270/2018, que estabelece também as atribuições do ouvidor setorial, cuja atuação está diretamente subordinada à autoridade máxima dos respectivos órgãos e entidades. Danilo Borges também lembrou a importância da divulgação do nome dos servidores ocupantes do cargo de ouvidor, além dos canais de comunicação, locais e horários de atendimento ao público.

Desde 2021, a Ouvidoria-Geral organiza uma agenda de reuniões com ouvidores setoriais, autoridades e demais



Reuniões entre a Ouvidoria Geral do Estado e as ouvidorias setoriais têm o objetivo de estimular o trabalho das unidades em cada órgão e sensibilizar as áreas técnicas e a alta direção quanto à relevância estratégica da atividade. Primeiro encontro de 2022 foi com a ouvidoria setorial da Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds).

dirigentes e a fim de recomendar ações pontuais que ampliem o conhecimento sobre a atividade de ouvidoria e de controle social nos órgãos da administração pública estadual.

Danielo Carvalho pontua que essa atividade será reforçada em 2022, no intuito de estimular os ouvidores setoriais a se articularem cada vez mais, em seus respectivos órgãos, sensibilizando a alta direção e as áreas técnicas da relevância estratégica do serviço de ouvidoria. Esse

trabalho é importante pela natureza dos dados gerados que, se a curto prazo também possíveis desvios, a médio e longo prazo podem subsidiar políticas e ações de Estado a partir da intervenção e participação da cidadã.

Todos os serviços disponibilizados pela Ouvidoria-Geral do Estado podem ser acessados pelo link <https://www.go.gov.br/servicos-digitais/cge/nova-ouvidoria>.

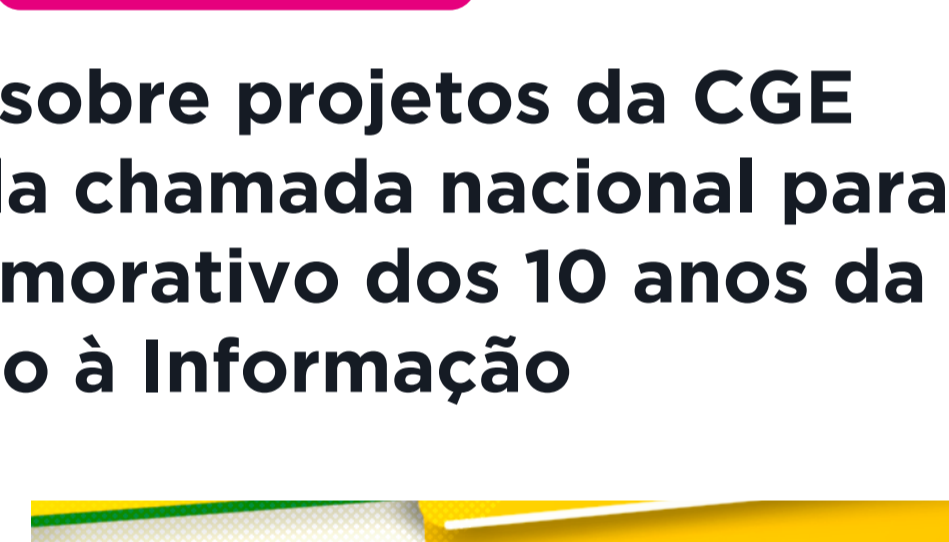
PCM

Divulgada lista de municípios selecionados para o Programa de Compliance Público Municipal (PCM)

Dezoito municípios goianos foram selecionados para participarem do Programa de Compliance Público Municipal (PCM), iniciativa do Governo de Goiás em parceria com o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O programa é coordenado pela CGE e conta com o apoio da Goiás Fomento e da Federação Goiana dos Municípios (FGM). As cidades selecionadas já começaram a receber visitas de técnicos da CGE para iniciar o programa.

Segundo o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, o objetivo do governo e da CGE é replicar nos municípios goianos selecionados os bons resultados obtidos por meio do Programa de Compliance Público do Estado de Goiás (PCP), cuja implantação, desde 2019, possibilitou ao tesouro estadual uma economia superior a R\$ 1,5 bilhão – recursos que têm sido realocados na melhoria da infraestrutura e dos serviços ofertados à população.

Na lista final divulgada pela CGE, foram selecionadas 18 cidades entre as inscritas, de acordo com a categoria de número de habitantes. São elas: Goiânia (municípios acima de 150 mil habitantes); Senador Canedo, Goianésia, Quirinópolis, Inhumas e Cidade Ocidental (municípios com até 150 mil habitantes); Bela Vista de Goiás, Vianópolis, Itapuranga, Morrinhos, Flores de Goiás e Crixás (municípios com até 50 mil habitantes); Santa Tereza de Goiás, Rio Quente, Nova Roma, Campos Verdes, Buriti Alegre e Mundo Novo (municípios com até 10 mil habitantes).



As 18 cidades selecionadas deverão implantar o programa de integridade em suas estruturas administrativas e contarão com a consultoria do Governo de Goiás e do Tribunal de Contas dos Municípios. Foram selecionadas: Goiânia, Senador Canedo, Goianésia, Quirinópolis, Inhumas, Cidade Ocidental, Bela Vista de Goiás, Vianópolis, Itapuranga, Morrinhos, Flores de Goiás, Crixás, Santa Tereza de Goiás, Rio Quente, Nova Roma, Campos Verdes, Buriti Alegre e Mundo Novo.

A CGE, por meio de consultoria, fornecerá aos gestores dos municípios participantes ferramentas e metodologias que possibilitam a implementação de ações de impacto nos três eixos estruturantes do programa: ética, governo aberto e gestão de riscos. Foi montado um site específico do PCM, que é acessado no endereço <https://www.controladoria.go.gov.br/pcm/>. A Controladoria também criou o Guia de Compliance Público Municipal, com o passo a passo da implantação, modelos de documentos,

cronograma e tudo que os gestores municipais precisam para facilitar o desenvolvimento das ações.

Na avaliação de Ziller, o resultado final da implantação do PCM será sentido pela população, em nível local, com os resultados que serão alcançados pelo programa, gerando fortalecimento da credibilidade e da relação de confiança entre os cidadãos e a administração municipal.

TRANSPARÊNCIA

Três artigos sobre projetos da CGE participam da chamada nacional para o livro comemorativo dos 10 anos da Lei de Acesso à Informação

A CGE encaminhou três artigos voltados à ouvidoria e transparência para participarem dos textos que comporão o livro "Lei de Acesso à Informação: itinerário de pesquisas, legados e perspectivas". A iniciativa do livro é uma parceria do Grupo Estado, Informação e Sociedade (CNPq/UnB), do Grupo Políticas e Estratégias de Comunicação da Intercam e do Grupo de Políticas e Governança da Comunicação da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica).

O lançamento do livro que comemora os dez anos da LAI será em março, em audiência pública no Congresso Nacional. O livro sistematizará, no formato de artigo científico, ensaio acadêmico, relato de experiência ou entrevista, análises, vivências e percepções da LAI sob as perspectivas de gestão da informação; comunicação; gestão pública; movimentos sociais, identidade e gênero; transparência e controle social; horizontes internacionais; Comissão Nacional da Verdade e Direitos Humanos; avanços, riscos e desafios da LAI no Brasil.

Propostas goianas

A CGE apresentou três artigos sobre projetos desenvolvidos ao longo dos últimos três anos. O primeiro trata do tema Transparência Invasiva: possibilidades de atuação para maximização do engajamento cidadão no contexto da Lei de Acesso à Informação do Estado de Goiás. O texto avalia que, passados dez anos na implementação da LAI, a sociedade ainda não foi capaz de fazer uso efetivo dos dispositivos de acesso à informação, mais comumente utilizados por grupos como imprensa e pesquisadores. Neste sentido, a transparência invasiva busca



Como parte das comemorações dos 10 anos da Lei de Acesso à Informação (LAI), a CGE encaminhou três artigos para participarem da escolha nacional dos textos que comporão o livro "Lei de Acesso à Informação: itinerário de pesquisas, legados e perspectivas". A CGE apresentou nas propostas três projetos desenvolvidos pelo Governo de Goiás, voltados à ouvidoria e transparência.

invertir os papéis previstos, colocando a administração pública como agente ativo na oferta de informações qualificadas aos cidadãos.

O segundo trabalho aborda o tema Bloqueio e Qualidade: mecanismos de aprimoramento do atendimento às solicitações de acesso à informação no âmbito do Sistema de Ouvidoria do Estado de Goiás. No texto, os autores reforçam que a transparência, ao fornecer a informação solicitada, é assertiva quando se faz com rapidez e acertadamente.

Em três anos, segundo os resultados apresentados, o mecanismo de bloqueio reduziu o prazo médio de resposta de solicitações da LAI em Goiás de 15 dias para 7,5 dias, e a revisão das respostas pela CGE aumentou a resolutividade dos Pedidos de Acesso à Informação de 45% para 70%, fortalecendo a relação de con-

fiabilidade entre a administração pública e a sociedade civil e promovendo o controle social.

O terceiro artigo trata do tema Inteligência Artificial como ferramenta de acessibilidade à informação: o caso do Estado de Goiás. Em 2020, após ação conjunta com participantes do projeto Agentes da Cidadania, identificou-se, por meio de mais de 800 relatos de usuários, obstáculos operacionais no Sistema de Ouvidoria do Estado de Goiás que dificultavam o encaminhamento de solicitações de acesso à informação pelos cidadãos.

Para resolver essa dificuldade foi construída uma ferramenta de inteligência artificial que paulatinamente se aprimorou, facilitando a interação do usuário com a administração pública.

POAC

CGE define planos de trabalho para inspeção e auditoria dos gastos estaduais em 2022

A CGE publicou, no final de fevereiro, seu Plano Operacional das Ações de Controle (Poac) para 2022. A partir de agora tem início a execução pela Subcontroladoria de Controle Interno e Correição da CGE. O Poac é um instrumento gerencial implantado desde 2020, que direciona as ações de inspeções e auditorias a serem realizadas pela Controladoria ao longo de cada ano. Ele é desenvolvido com base nas consultas aos principais interessados nas ações de controle da CGE, tais como Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e todos os órgãos do Poder Executivo estadual.

O Poac de 2022 contou também com a participação do cidadão, por meio de consulta popular feita com a aplicação de questionário enviado por e-mail para 1.751 participantes dos projetos de Controle Social da CGE e de 51.632 usuários da ouvidoria dos anos de 2020 e 2021, além de divulgação nas redes sociais da CGE ([@cgegoias](https://cgegoias.org.br)). Participaram ainda da consulta cidadãos presentes nos municípios organizados pelo governo do Estado no final de 2021.

Um relatório com a análise dos dados da consulta pública foi produzido pela professora Jéssica Trauguetto, da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás (Face/UFUG)



O Plano Operacional das Ações de Controle define as fiscalizações da Controladoria Geral do Estado ao longo do ano e contribui para evitar o desperdício do dinheiro público, combater a corrupção e levar mais serviços e infraestrutura aos cidadãos goianos.

e entregue às superdes do Poac. Dentre as ações mais exigidas na consultoria estão a fiscalização de serviços públicos e a construção, adequação e reforma das unidades escolares, sugestões que foram contempladas no Poac 2022.

No intuito de buscar o aperfeiçoamento dos gastos públicos, serão fiscalizadas as despesas licitadas e contratuais, folha de pagamento, prestação de contas dos convênios, contratos de gestão e congêneres, contas anuais dos órgãos/entidades, monitoramento da situação fiscal, monitoramento das solicitações de ações corretivas emitidas

pela CGE, auditoria baseada em riscos e auditoria de programas de governo. O Poac 2022 está publicado no Diário Oficial do Estado e no site da CGE ([clique aqui para visualizar](https://www.go.gov.br)).

A subcontroladora de Controle Interno e Correição, Stella Maris Husni, reforça que o trabalho do Poac junto aos gestores dos órgãos estaduais tem uma atuação preventiva, pois atua principalmente nas fases anteriores ao gasto do dinheiro público. E, caso ocorra o investimento financeiro, também passa a atuar no início dos contratos, garantindo uma execução eficiente.

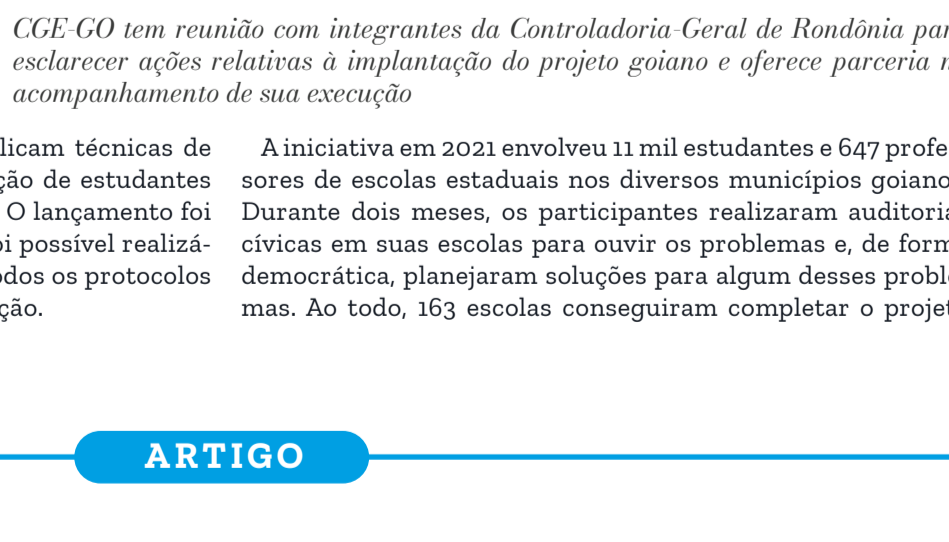
CONTROLE SOCIAL

Projeto Estudantes de Atitude será implantado em Rondônia

A CGE participou, em 25/2, de reunião virtual com representantes da Controladoria-Geral de Rondônia para discutir o Projeto Estudantes de Atitude, que deverá ser adotado por aquele estado. O projeto é desenvolvido desde 2019 pela CGE, em parceria com a Secretaria de Educação de Goiás.

O subcontrolador de Governo Aberto e Participação Cidadã do CGE-GO, Diego Ramalho, e a gerente de Controle Social, Marjorie Lynn, fizeram uma apresentação das fases, fundamentos, desafios e incentivos para a adesão das escolas ao projeto. O controlador-geral de Rondônia, Francisco Lopes Netto, elogiou a iniciativa goiana e acredita que a troca de conhecimentos será muito útil para todos.

Na edição 2021 do Estudantes de Atitude, a premiação dos finalistas foi de R\$ 140 mil, alcançando dez escolas, entre as mais de 400 inscritas, que atingiram maior pontuação no projeto, que é desenvolvido no modelo de game, em que se aplicam técnicas de jogo para motivar e incentivar a participação do estudante no processo de aprendizagem e de cidadania. O lançamento foi no ano de 2019 e, devido à pandemia, não foi possível realizá-lo em 2020. Contudo, em 2021, seguindo todos os protocolos de segurança, foi realizada sua segunda edição.



CGE GO tem reunião com integrantes da Controladoria Geral de Rondônia para esclarecer ações relativas à implantação do projeto goiano e oferece parceria no acompanhamento de sua execução.

A iniciativa em 2021 envolveu 11 mil estudantes e 647 professores de escolas estaduais nos diversos municípios goianos. Durante meses, os participantes realizaram auditorias cívicas em suas escolas para ouvir os problemas e, de forma democrática, planejaram soluções para algum desses problemas. Ao todo, 136 escolas conseguiram completar o projeto

POAC - Controle interno e a economia para Goiás

Por Stella Maris Husni Franco

A área de controle interno na administração governamental é um importante aliado do gestor público, pois sua atuação independente permite uma base de dados segura, objetiva e impessoal para a tomada de decisão, estimulando a governança a executar atos de maneira eficaz. A função do controle interno deve ser de assessoria, feita por meio de sugestões, recomendações e consultoria. Porém, a decisão final do controle a ser implementado será sempre do gestor.

No governo de Goiás, o órgão central de controle interno é a Controladoria-Geral do Estado (CGE), a quem cabe as providências voltadas à defesa do patrimônio público, ao combate à corrupção, à auditoria pública, ao controle social, ao incremento da transparência, entre outras.

Para racionalizar o trabalho de fiscalização dos gastos realizados pelo governo estadual, a CGE implantou desde 2020 o Plano Operacional das Ações de Controle (Poac), um instrumento gerencial que direciona as ações executadas de inspeções e auditorias a serem executadas pela Controladoria. Esse trabalho da CGE em sintonia com os órgãos estaduais já rendeu mais de R\$ 1,5 bilhão de economia nos últimos três anos.

O Poac de 2022 foi aprovado e publicado em fevereiro e possibilita à CGE atuar preventivamente junto aos órgãos e entidades estaduais para melhorar os investimentos públicos, de forma a aten-

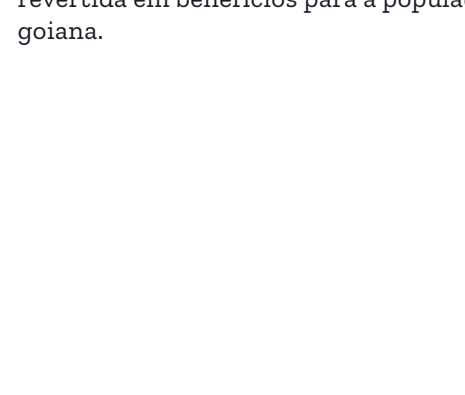
der as diretrizes do governador Ronaldo Caiado para uma gestão com foco nos resultados, voltada à economia de recursos e ao combate à corrupção, bem como à melhoria dos serviços entregues aos goianos.

Desenvolvido com base nas consultas aos principais interessados nas ações da CGE, tais como Ministério Público de Goiás e Tribunal de Contas do Estado, o Poac conta também com a participação dos órgãos do Poder Executivo estadual, que sugerem os procedimentos que devem ser fiscalizados.

Esse ano, o Poac contou também com uma consulta popular, feita por questionário enviado a mais de 53 mil usuários da ouvidoria estadual e participantes dos projetos de controle social da CGE, além de divulgação nas redes sociais ([@cgegoias](https://cgegoias.org.br)). Participaram ainda cidadãos presentes nos municípios organizados pelo governo estadual no final de 2021.

O Poac define a força de trabalho utilizada nas ações de fiscalização das despesas pagadas e contratuais, folha de pagamento, prestação de contas dos convênios, contratos de gestão, contas anuais dos órgãos e entidades, monitoramento da situação fiscal, monitoramento das solicitações de ações corretivas emitidas pela CGE, auditoria baseada em riscos e auditoria de programas de governo.

Importante destacar que o trabalho



Stella Maris Husni Franco é Subcontroladora de Controle Interno e Correição da Controladoria-Geral do Estado de Goiás.

tem uma atuação preventiva, pois atua principalmente nas fases anteriores ao gasto do dinheiro público. E, no caso de ocorrer o investimento financeiro, passa a atuar no início dos contratos para garantir a execução eficiente. Assim, fazemos o acompanhamento sistemático da execução orçamentária e financeira, permitindo que a economia alcançada seja revertida em benefícios para a população goiana.

EXPEDIENTE

Edição: Rodrigo Nunes Leles

Textos: Comunicação Setorial da CGE

Identidade visual: Maria Luz Carvalho

Diagramação: Pedro Henrique Pereira